

43º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG24 QUESTÃO RACIAL: CULTURA, DISCRIMINAÇÃO E POLÍTICAS
PÚBLICAS

**O CONFLITO RACIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO
COMBATE AO RACISMO NA UNE**

Rodger Richer de Santana Rocha¹

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista do CNPq e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC). E-mail: rodger.richer@gmail.com.

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo geral investigar como e por que a União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora no seu enquadramento discursivo e no seu repertório de ação coletiva o combate ao racismo no período de 1999 até 2019. Ele tem como objetivo específico revelar os conflitos que emergem a partir do aparecimento desta pauta no seu interior, tendo em vista colaborar com o estudo das relações raciais nas Teorias dos Movimentos Sociais. Durante os governos Lula e Dilma, foram construídas políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior, como o REUNI, o PROUNI e a “Lei de Cotas”, possibilitando uma maior inserção de pessoas com vulnerabilidade socioeconômicas e negras nesses espaços. Parte-se da hipótese de que essas políticas se apresentam como oportunidades políticas para o engajamento dos estudantes negros na direção da UNE. Assim, esta pesquisa pretende estudar em que medida o combate ao racismo aparece no seu interior e os conflitos que essa pauta provoca. Por fim, este estudo vale-se da metodologia qualitativa, por meio de técnicas como a realização de entrevistas semiestruturadas com ex-dirigentes da UNE e da análise de documentos.

PALAVRAS-CHAVE: UNE, Relações Raciais, Movimento Estudantil, Movimento Negro.

INTRODUÇÃO

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é a mais antiga entidade de representação discente universitária do Brasil. Ao longo da sua história, diversos grupos políticos, como as juventudes vinculadas aos partidos políticos, assumiram a sua direção. O seu maior cargo é a presidência, que até a década de 1980 foi ocupada exclusivamente por homens não-negros. A partir de então, ela foi liderada durante algumas gestões por mulheres brancas². Apenas em 1995 um homem negro a presidiu³. 21 anos depois, em 2016, uma mulher negra⁴ assumiu a presidência interinamente durante 3 meses, quando a então presidenta disputou a prefeitura de Santos, em São Paulo. Esses dados apontam para a pouca participação dos negros nos mais importantes cargos de direção da UNE. Ao longo de 82 anos de existência, pessoas negras assumiram o seu maior cargo apenas por 2 anos e 3 meses.

Buscando superar as desigualdades raciais, em 1999 a UNE cria a Diretoria de Combate ao Racismo e em 2007 passa a organizar os Encontros de Negros e Cotistas da UNE (ENUNE⁵), incorporando o enfrentamento ao racismo na sua agenda. Nos anos 2000 a UNE também inicia a construção dos Encontros de Mulheres Estudantes (EME), em 2005; e dos Encontros de Estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBTs), em 2015 – contribuindo para a pluralização da participação discente nos seus fóruns.

Essas mudanças provocam alguns deslocamentos em relação à *identidade coletiva*⁶ do movimento estudantil, que passa a questionar a ideia do “estudante universal” e a abarcar uma série de demandas de grupos específicos: como as estudantes mulheres, os estudantes LGBTs e os estudantes negros. Desde então, estudante passa a ser dito no plural. No entanto, algumas questões provocam este trabalho: por qual motivo demorou tanto

² Dados obtidos no site da UNE. Disponível em: <<https://une.org.br/presidentes/>>. Acesso em: 12.08.2019.

³ Disponível em: <<https://une.org.br/presidentes/orlando-silva-junior/>>. Acesso em: 30.07.2019.

⁴ Para mais informações: <<https://une.org.br/presidentes/carina-vitral/>>. Acesso em: 30.07.2019.

⁵ Evento nacional consultivo onde participam, sobretudo, estudantes negros; cujo principal objetivo é ampliar a discussão sobre a questão racial na própria entidade. Neles, há uma intensa participação de organizações políticas vinculadas aos partidos políticos, em especial os de esquerda, além de organizações do movimento negro tradicional.

⁶ Melucci (1996) aborda o conceito de identidade sob uma perspectiva processual, compreendendo as suas permanências e transformações ao longo do tempo, em diálogo com o campo de oportunidades e restrições em que a ação dos movimentos se insere. Logo, as identidades coletivas não devem ser tomadas como “dadas”, mas enquanto o resultado de um processo de interação entre atores.

tempo para que o ENUNE emergisse? Que condições tornaram possível a realização do evento? Quais são os seus efeitos nas dinâmicas organizativas da entidade?

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral buscar pistas que ajudem a responder *como e porque* a União Nacional dos Estudantes (UNE) incorpora no seu *enquadramento* discursivo e no seu *repertório* de ação coletiva o combate ao racismo, no período de 1999 até 2019. Especificamente, ela busca revelar os conflitos que emergem a partir do aparecimento dessa pauta no seu interior, tendo em vista contribuir para o estudo dos relações raciais nos movimentos sociais.

Sendo o Brasil um país onde as relações raciais são extremamente desiguais, fruto de uma herança da tardia abolição da escravatura, ainda hoje é nítido perceber a sub-representação dessa população na política institucional e nas direções das organizações de movimentos sociais. Em relação à vulnerabilidade, é a população negra aquela que encontra-se majoritariamente em situação de desigualdade e exclusão. No Brasil, jovens negros são os que mais sofrem com a violência. Por exemplo, em 2012, as armas de fogo vitimaram 289.846 negros e 10.632 brancos (WAISEFIZ, 2015). Jovens negros também são os mais encarcerados. De acordo com o *Mapa do Encarceramento* (2015), nesse mesmo ano as pessoas negras correspondiam a 60,8% da população prisional. Dessas, 50,8% eram jovens. Nas universidades, há pouca presença de pretos e pardos tanto como estudantes quanto como professores. Nas diversas esferas da vida social, é a população negra aquela mais afetada pelas assimetrias em termos de equidade e pelas vulnerabilidades.

Contudo, há algumas iniciativas que caminham no sentido de superar as desigualdades raciais, em especial no âmbito educacional. Fruto das influências do movimento negro (LIMA, 2010), durante os governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), foram elaboradas políticas públicas que ampliaram o acesso ao ensino superior – como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI⁷), o

⁷ Criado em 2004 e oficializado pela Lei 11.096 de 2005, esse programa prevê a concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais nas Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, em cursos de graduação ou sequenciais de formação específica. Segundo Lima (2015, p. 39), o programa “também reserva bolsas para os que se autodeclararam pretos, pardos ou índios no ato de inscrição”. Disponível em: <<https://www.prouni.com.br/o-que-e-prouni/>>. Acesso em: 04.08.2019.

Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI⁸) e a “Lei de Cotas⁹”. Tais políticas possibilitaram uma maior inserção de pessoas oriundas dos segmentos sociais mais vulneráveis socioeconomicamente nesses espaços, como a população negra.

Compreendendo as universidades como um lugar de reprodução das elites (PORTANTIERO, 1978; TÜNNERMANN BERNHEIM, 1998; FREITAS NETO, 2011) e das classes médias, é importante analisar os desdobramentos dessas políticas na transformação do perfil discente universitário. Precisamente, compreender como as Organizações de Movimentos Sociais (OMS) (MCCARTHY e ZALD, 1977) aproveitaram esse momento para mobilizar a discussão acerca do combate ao racismo e obter um maior engajamento dos discentes negros nas entidades de representação do movimento estudantil.

Elegeram-se a UNE como recorte de análise, pois ela figura como a principal e maior entidade representativa estudantil no Brasil¹⁰. Ela está estruturada em todos os Estados da Federação e é composta por uma variedade de partidos políticos, coletivos discentes e OMSs que disputam os seus rumos – como os ativismos negros, agrários, feministas, etc. Ela carrega consigo um vasto histórico de ações, atuando não apenas em defesa da educação, mas em torno dos temas que afetam a política nacional e internacional (MÍLLAN, 2012; POERNER, 2004).

Em pesquisas desenvolvidas por este autor (RICHER, 2017), constatou-se que a UNE realizou o seu primeiro ENUNE em 2007, justamente em um momento onde o Brasil passou a adotar políticas relevantes para a democratização do acesso ao ensino superior.

⁸ Instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007, o REUNI prevê a ampliação dos cursos noturnos, o combate à evasão acadêmica, o aumento de vagas nos cursos de graduação, etc., com o objetivo de diminuir as desigualdades educacionais no país. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 04.08.2019.

⁹ Lei 12.711 de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 04.08.2012.

¹⁰ Existem outras entidades estudantis nacionais mais recentes e menores, como a Associação Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL), 2009; e a União Nacional dos Estudantes Conservadores (UNECON), 2019. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/anel-faz-sua-primeira-assembleia-nacional-em-setembro/>> e <<https://epoca.globo.com/como-foi-primeiro-encontro-dos-jovens-conservadores-que-querem-se-contrapor-une-23529036>>. Acesso em: 30.07.2019.

Desde então, a entidade construiu mais seis edições. O quadro abaixo ilustra a mobilização desses e o contexto político em que estavam inseridos.

Quadro 1 – mobilização e contexto político dos ENUNE

Data	Evento	Número aproximado de participantes	Governo
2007	I ENUNE	100	Lula
2009	II ENUNE	200	Lula
2011	III ENUNE	400	Dilma
2015	IV ENUNE	600	Dilma
2016	V ENUNE	2000	Temer
2019	VI ENUNE	500	Bolsonaro

Fonte: projeto do 5º ENUNE e observação participante no 6º ENUNE

Ademais, nota-se uma preocupação cada vez maior com a questão racial nas resoluções aprovadas nos recentes Congressos da UNE (CONUNE¹¹), bem como um balanço positivo das políticas que democratizaram o ensino superior.

Para analisar esse processo, tem-se inicialmente como referencial teórico a literatura sobre movimentos sociais – em especial a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria do Confronto Político (TCP). Assim, adotam-se os conceitos de *repertório*, *enquadramento interpretativo* e *Estruturas de Oportunidades Políticas* (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009). Também são incorporadas noções que levem em consideração o caráter estratégico das ações coletivas, como a de *players* e *arenas* (JASPER, MORAN, TRAMONTANO, 2015). Além disso, este trabalho aborda perspectivas que considerem a formação das ideias *raça* e *racismo* na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2003).

¹¹ Segundo o art. 7º da seção I do seu estatuto, o CONUNE é a instância máxima de deliberação da UNE, sendo composto por delegados votantes eleitos em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) do país que realizaram essa eleição. De acordo com o art. 10º, compete ao congresso “discutir e votar teses, recomendações e propostas apresentadas por qualquer dos seus membros”. A votação para a eleição da diretoria é proporcional ao número de votos, e a chapa que recebe a maioria dos votos indica o maior número de diretores. A resolução final do Congresso reflete a correlação de forças que disputam a entidade, sendo as forças majoritárias as que definem o teor das resoluções.

Na pesquisa de mestrado deste autor, trabalham-se as seguintes hipóteses: 1) As Políticas Afirmativas e Educacionais – como o PROUNI, o REUNI e a “Lei de Cotas” – abriram inéditas *oportunidades políticas* para o engajamento dos negros no movimento estudantil, em específico na UNE; 2) Tais *oportunidades* foram aproveitadas pela intersecção entre organizações do movimento estudantil-negro-partido político, servindo como um *mecanismo* para engajar negros e as suas pautas na UNE; 3) Essa intersecção contribuiu para levar *repertórios e enquadramentos* adotados pelo movimento negro para a UNE, como a auto organização baseada numa *ética negra*¹² e a discussão sobre o Combate ao Racismo. Para fins deste artigo, no entanto, será feita uma breve discussão bibliográfica em diálogo com os dados produzidos no mestrado e na monografia deste autor. Portanto, apresentarei dados parciais de uma pesquisa que ainda encontra-se em curso.

Metodologicamente, este artigo valeu-se de técnicas inseridas nas metodologias qualitativas, como a realização de entrevistas semiestruturadas com ex-dirigentes da UNE e da análise de documentos da entidade, como dos CONUNEs e dos ENUNEs.

A UNE E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

De acordo com Poerner (2004), a UNE sempre exerceu um papel importante na política nacional. Na década de 1940, foi uma das protagonistas da campanha “O Petróleo é Nosso”; nos anos 1960, resistiu à Ditadura Militar; na década de 1970, participou ativamente das “Diretas Já”; nos anos 2000, reivindicou políticas de democratização do acesso ao ensino superior. Mais recentemente, essa entidade também posicionou-se contrária ao Golpe de 2016¹³ e, em 2019, tem sido uma das protagonistas nas manifestações contra a política educacional do governo Bolsonaro.

O que distingue a UNE das demais organizações estudantis na América Latina é a pluralidade de opiniões e grupos políticos que a constituem. Internamente, várias forças

¹² Por *ética negra*, entende-se: as formas pelas quais os negros atuam na UNE e no movimento estudantil, prezando pelo autocuidado, solidariedade e rechaçando as disputas internas fratricidas. Os estudantes contrapõem a “política negra” da “branca”, pois consideram que essa última é repleta de conflitos que dificultam uma ação coletiva mais coesa. Essa noção será melhor desenvolvida a partir do amadurecimento da pesquisa empírica ao longo do Mestrado.

¹³ Golpe desferido contra a Presidenta Dilma Rousseff.

políticas disputam os seus rumos no decurso da história: desde grupos socialistas, marxistas, comunistas, até os liberais e católicos da Ação Popular (MILLÁN, 2012). Também se observa que ela é construída por diversas organizações que se vinculam aos partidos políticos, sobretudo localizados na esquerda – como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), as tendências internas do PT, as frações do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Consulta Popular, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), etc. –, figurando como uma entidade que estabelece o diálogo com o sistema partidário, além de coordenar ações nas ruas e universidades.

A fim de contextualizar a diversidade do Movimento Estudantil (ME), cabe destacar que ele não se resume apenas às entidades estudantis. Esse movimento abarca uma gama heterogênea de grupos, desde os declaradamente vinculados aos partidos políticos, até os que expressam interesses específicos, como os Coletivos Universitários Negros que construíram o Encontro Nacional de Coletivos e Estudantes Universitários Negros (EECUN¹⁴). Apesar dessa diversidade, o ME possui como eixo unificador a luta em defesa da educação (BRINGEL, 2009; MESQUITA, 2003).

Bringel (2009) entende que o movimento estudantil é um movimento social *sui generis*, dado o caráter transitório dos estudantes na universidade e, conseqüentemente, no próprio movimento. Entre suas características próprias, tradicionalmente, destacam-se a composição social de classes médias; um espectro ideológico que varia desde a esquerda mais radical até a socialdemocracia; e demandas que incorporam para além da política estudantil, temas amplos da política nacional. Todavia, as mudanças no perfil discente universitário podem ser observadas na composição do ME, que passa a abarcar uma maior presença das camadas populares e de estudantes negros.

Nesse sentido, Mische (1997, p. 148), ao estudar a participação discente nos anos noventa, afirma que é importante analisar as relações que o movimento estudantil

¹⁴ Evento construído por Coletivos Universitários Negros críticos ao movimento estudantil tradicional, como a UNE, que ocorreu no ano de 2016 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). De acordo com os organizadores, ele contou com a presença de 1000 estudantes dos diversos estados do país. Entre as suas pautas, o EECUN defende o *suprapartidarismo* e o *afrocentrismo*. A sua Comissão Organizadora faz duras críticas aos movimentos estudantis tradicionais que vinculam-se aos partidos políticos. Na programação do evento, observa-se a presença de organizações com direcionamentos políticos pan-africanistas. Para mais informações: <http://flacso.org.br/files/2016/06/opini%C3%A3o24_formatado.pdf>. Acesso em: 30.07.2019.

tradicional estabelece com certos grupos específicos, como as organizações do movimento negro:

A necessidade de tal análise está colocada pelo carácter majoritariamente branco e de classe média dos caras pintadas e das lideranças estudantis, apesar do presidente da UNE eleito em 199[5] ser negro e usar este fato como bandeira da entidade. A marginalização da questão racial na política estudantil foi salientada por universitários negros no Congresso da UNE de 1993 sob a bandeira: “A juventude negra não tem cara pintada.” As relações muitas vezes conflituosas entre esses setores, além de tentativas recentes de aproximação, apontam para uma reformulação (ainda em progresso) dessas relações, cujos parâmetros precisam ser melhor compreendidos.

Essa é uma lacuna empírica que este artigo busca colaborar para preencher. A partir de pesquisas realizadas em revistas acadêmicas e no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), notou-se que não há estudos que analisam de forma satisfatória a participação dos discentes negros na UNE e no movimento estudantil no âmbito da Ciência Política. Dessa forma, espera-se que este texto contribua para aprofundar a discussão sobre esse tema no campo de estudos acerca dos movimentos sociais.

Nas linhas que se seguem, esta pesquisa vai mobilizar referências bibliográficas que falem sobre a emergência das políticas afirmativas educacionais no país, os seus efeitos e as influências que o movimento negro exerceu nesse processo.

MOVIMENTOS NEGROS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL

Os avanços quanto às políticas afirmativas¹⁵ podem ser observados com maior nitidez a partir da década de 1980 (MOORE, 2007). Dessa maneira, Lima (2010) afirma que a Constituição de 1988 incorporou a criminalização do racismo (que, mais adiante, por

¹⁵ Segundo Lima (2015, p. 36): “Considera-se Ação Afirmativa um conjunto de medidas de cunho público ou privado, que visa à promoção de ações de carácter redistributivo ou de reconhecimento da participação e importância de grupos minoritários na sociedade brasileira”.

meio da Lei 7716/1989, definiu o preconceito de cor ou de raça), a criação da Fundação Cultural Palmares¹⁶ e o reconhecimento de posse de terras para as comunidades quilombolas. Conforme a autora, essas ações podem ser consideradas como resultado das pressões do movimento negro brasileiro.

A partir de meados dos anos noventa, fruto da aproximação do movimento negro com o Estado, a temática racial passa a compor com maior visibilidade a agenda do poder público federal (LIMA, 2010). Dois acontecimentos influenciaram nesse processo: a Marcha Zumbi dos Palmares¹⁷, em 1995; e a Conferência de Durban¹⁸, em 2001. Foi nesse contexto que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) assumiu publicamente a existência da discriminação racial no país e iniciou um debate no âmbito governamental para reparar esse problema (FERES JÚNIOR, DAFLON e CAMPOS, 2012).

Dentre as ações do governo FHC, destacam-se: a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a Valorização da População Negra, em 1995; o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), em 1996; após Durban, o governo criou o PNDH II e lançou o Programa Nacional de Ações Afirmativas, em 2002 (LIMA, 2010). Todavia, essas ações foram tímidas e voltadas apenas para o reconhecimento das desigualdades raciais. Do ponto de vista prático, pouco foi feito para enfrentar o racismo.

Foi durante os governos Lula e Dilma que as políticas afirmativas foram institucionalizadas e intensificadas, a exemplo da criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (Lei 10.678 de 2003); da Lei 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da África nas escolas; do PROUNI (2005); do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288 de 2010); e da “Lei de Cotas” em 2012 (LIMA, 2010; FERES JÚNIOR, DAFLON e CAMPOS, 2012).

¹⁶ Conforme Moehlecke (2002), essa fundação, vinculada ao Ministério da Cultura, emerge com a finalidade de servir de apoio à ascensão social dos negros no Brasil.

¹⁷ Segundo Rios (2014), essa marcha contou com cerca de 30 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios, reunindo movimentos negros organizados e centrais sindicais.

¹⁸ Realizada na África do Sul, essa Conferência é considerada um ponto de inflexão da questão racial na agenda do governo FHC. Feres Júnior, Daflon e Campos (2012, p. 402) afirmam que esse evento “(...) catalisou uma reflexão nacional sobre o racismo e o governo federal assinou então a Declaração de Durban, se comprometendo a criar políticas afirmativas que visassem a combater a discriminação racial (HTUN, 2004)”.

Ao longo dos governos petistas, como um resultado das políticas de promoção da igualdade racial, ocorreram importantes transformações do perfil discente universitário. Conforme Lima (2015, p. 29): “Em 1991 (...) a participação de estudantes pretos e pardos no ensino superior era insignificante: 1,0% e 1,5%”. Em 2010, porém, de acordo com dados do Censo Demográfico, essa autora observa que o número de pretos cresce 27,8% e o de pardos 30,4%. Esses dados apontam para uma mudança significativa no perfil dos estudantes universitários brasileiros. O ensino superior, portanto, transformou-se, mas e as entidades representativas estudantis? Essa é uma questão empírica que este trabalho pretende investigar.

DISCUSSÃO TEÓRICA E INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Inicialmente se mobiliza o instrumental teórico oferecido pela TPP e pela Teoria do Confronto Político (TCP) (MCADAM, TARROW e TILLY, 2009), e alguns dos seus conceitos centrais, como o de *Estrutura de Oportunidade Política* (EOP), *repertório* de ação coletiva e *enquadramento* interpretativo. Silva (2010) entende que a *Contentious Politics* fundamenta-se em um modelo explicativo, colaborando para a compreensão dos mecanismos causais que provocam os processos de mobilização coletiva. Por esse motivo, tal abordagem apresenta um caminho promissor para o estudo dos movimentos sociais, sendo esse o ponto de partida deste artigo.

O conceito de *Estrutura de Oportunidades Políticas* (EOPs) dispõe sobre a organização da ação coletiva em conjunturas favoráveis. É por meio das mudanças nas EOPs que se estimulam ou se restringem canais para a expressão de demandas para os segmentos sociais com pouco poder. Essas mudanças podem ocorrer pela presença de potenciais aliados em posições de poder; por transformações nos padrões de interação entre Estado e sociedade; por crises na coalizão no poder; pelo aumento da permeabilidade das instituições político administrativas às demandas dos movimentos ou por uma maior propensão do Estado à repressão. Assim, quando as EOPs são favoráveis, os movimentos se organizam para expressar suas reivindicações na esfera pública através do confronto político (ALONSO, 2009; TARROW, 2009).

Além da perspectiva estruturalista, essa teoria incorpora o elemento cultural¹⁹ à sua elaboração, por meio do conceito de *repertório* de ação coletiva, uma vez que engendra um conjunto de formas de ações políticas à disposição dos atores em determinado contexto histórico, cultural e social (ALONSO, 2012). Os repertórios de ação coletiva abarcam tanto a dinâmica estrutural, quanto cultural. A contribuição singular deste conceito reside no seu caráter “vazado” (TARROW, 2009), isto é, um mesmo repertório pode ser usado tanto por grupo “A” ou “B”, possuidores ou desafiantes do poder, visto que os repertórios não são exclusivos a determinados atores, mas à estrutura do confronto político. Apesar de estarem inscritos na história e na cultura sob determinadas formas, os repertórios se repetem, jamais de forma idêntica, abarcando novos elementos produzidos pelos atores produzidos pelo improviso.

Compreendendo que a TCP focaliza a sua análise, sobretudo, nas performances públicas conflitivas (refletindo pouco acerca das organizações), os seus conceitos servem para analisar o caso em questão – desde que feitas algumas adaptações teóricas²⁰. Nesse sentido, por exemplo, Clemens (2010) elabora sobre os *repertórios organizacionais* e a mudança institucional na política, tendo como recorte de análise o movimento de mulheres nos Estados Unidos entre os anos 1890 até 1920. Segundo ela: “O conjunto de modelos organizacionais cultural e empiricamente disponíveis pode ser pensado como um “repertório organizacional”” (CLEMENS, 2010, p. 165). Ou seja, as OMSs podem se valer de formas institucionais disponíveis no contexto no qual elas estão inseridas, não as empregando, no entanto, como uma mera cópia, mas valendo-se de certa adaptação. Mediante esse conceito, se pretende identificar os *repertórios organizacionais* adotados pela UNE no que tange ao combate ao racismo.

No caso do movimento estudantil, identifica-se um vasto repertório que inclui a mobilização nas ruas, a negociação com instituições políticas, a atuação na arena eleitoral, e a participação em canais participativos – como Conselhos e Conferências. Em grande parte desses casos, os vínculos com os partidos políticos se mostraram recursos essenciais na conquista dos objetivos do ME. Mische (2009) observa que muitas lideranças estudantis

¹⁹ O conceito de *enquadramento interpretativo* também incorpora o elemento cultural. Ele será tratado mais adiante.

²⁰ Para Silva (2010, p. 6) “(...) essa abordagem define um recorte de objeto que dificulta a análise das relações entre repertórios de ação conflitivos e não conflitivos”. Ela também teoriza pouco sobre os repertórios de ação de organizações específicas, como a UNE.

estabelecem *múltiplas filiações* tanto com partidos quanto com demais organizações do movimento social. Na UNE, a presença dos partidos políticos é marcante, sendo esses fundamentais para a estruturação da ação coletiva da entidade.

Após a redemocratização, parte do ME assume forte inserção nos canais institucionais de participação, a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas – sendo que a UNE, por exemplo, passa a compor vários deles, como o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR²¹). Abers, Serafim e Tatagiba (2014) fornecem recursos teóricos importantes para estudar esse processo, ao analisar os *repertórios de interação* durante o governo Lula. Essas autoras adaptam o conceito de *repertório*, tendo em vista compreender o caso brasileiro, onde os movimentos também estabelecem relações de “cooperação” com atores estatais.

Além disso, é necessário dispor de categorias analíticas que deem conta de identificar quais são as motivações que os atores possuem para realizar suas ações. Nesse sentido, o conceito de *enquadramento interpretativo* assume uma posição importante, na medida em que ele “refere-se a como os movimentos sociais constroem significados para a ação” (TARROW, 2009, p. 143). Os quadros interpretativos produzem valores e motivações para a ação coletiva dos movimentos sociais, ao enquadrar situações sociais consideradas injustas (como o racismo), responsabilizar “outros” (a estrutura racista) e propor soluções (ações afirmativas). Assim, ele se refere às motivações, que definem o “nós” e o “eles” numa situação conflitiva.

Este estudo também vale-se de referências que deem conta de compreender como se desenvolve a interação estratégica nos movimentos sociais, mediante os conceitos de *players* e *arenas* (JASPER, MORAN, TRAMONTANO, 2015). Essa abordagem permite pensar a ação desses de maneira mais complexa, considerando a racionalidade dos atores ao escolher quais formas de atuação são as mais adequadas em certos contextos. Também permite revelar a heterogeneidade das OMSs, a exemplo da própria UNE, que é tanto uma

²¹ De acordo com o site do IPEA: “O CNPIR é um órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). O CNPIR foi criado pela Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003, com alterações feitas pelo Decreto nº 6.509, de 16 de julho de 2008, os quais dispõem sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho”. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conselhos/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/136-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/272-conselho-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 20.06.2019.

arena de disputas entre distintas organizações que as compõem, quanto um *ator* coletivo que se apresenta unificado em certas ações públicas.

McAdam, Tarrow e Tilly (2009) afirmam a necessidade de estudar de maneira mais robusta os conflitos étnico raciais em diálogo com as suas formulações teóricas sobre movimentos sociais. Do ponto de vista teórico, este trabalho sustenta que a TPP e a TCP servem para explicar os movimentos negros no Brasil, desde que sejam conectadas com as pesquisas sobre as relações raciais no país (RIOS, 2009). A TPP tem origem nos Estados Unidos e por meio dela McAdam (1982) estudou o movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos. Os distintos padrões de relações raciais nesses países, *a priori*, apontam para uma relação mais explícita dos conflitos raciais nos casos norte-americanos²² do que brasileiros. No entanto, essa visão apresenta problemas, na medida em que o *mito da democracia racial*²³ opera como uma variável que ofusca as relações conflituosas entre negros e brancos na sociedade brasileira, inclusive nas OMSs.

Nesse sentido, a partir dos conceitos trabalhados e dessa ressalva teórica, a seguir serão analisadas algumas entrevistas e documentos produzidos na monografia *A negritude e a UNE: a presença negra e a sua influência no movimento estudantil brasileiro (2007-2017)*, bem como alguns dados levantados durante o mestrado deste autor – que encontra-se em curso. Por fim, serão feitas breves considerações.

ESTUDANDO O CASO: O COMBATE AO RACISMO NA UNE

Na monografia citada, analisei as Resoluções de Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil nos Congressos da UNE realizados em 2013, 2015 e 2017; bem como entrevistei ex-lideranças da entidade, buscando compreender de forma exploratória a participação dos negros na UNE em um ciclo de 10 anos. Para fins deste artigo, levantam-se trechos de entrevistas, bem como fragmentos dos documentos analisados.

²² Isso pode ser observado no quadro de segregação racial estadunidense nos anos 1960, onde haviam “lugares” exclusivos para brancos, por exemplo, nos balcões de almoço ou nos bebedouros (TILLY e TARROW, 2015).

²³ A democracia racial pressupunha que as relações raciais brasileiras, ao contrário de conflituosas, eram harmônicas; sendo o Brasil uma espécie de “paraíso racial” (GUIMARÃES, 2002). Fernandes (2008) foi o autor que contribuiu para desmistificar essa perspectiva.

Em 1999, uma ex-liderança da entidade afirmou que passou por um processo tensionado para definir se ele seria dirigente da UNE, revelando como naquele momento a questão racial, conforme a sua percepção, influenciou na sua indicação e em qual contexto emerge a “Diretoria de Combate ao Racismo”. Na ocasião, a sua força política, a Articulação de Esquerda (AE)²⁴, conseguiu três cadeiras para compor a direção da entidade: a 1ª Vice-presidência; a Diretoria de Relações Internacionais (DIR) e outra, a definir. Ele gostaria se ser indicado para a DIR, mas não conseguiu emplacar a sua candidatura para essa pasta – ficando com a diretoria “a definir”. Como as tensões internas à sua força política foram muito grandes, ele afirma que foi negociar sozinho com o PC do B²⁵ qual seria a sua pasta:

Eu não sabia qual era a diretoria, ia negociar. Aí como a disputa foi muito dura internamente [ênfase do entrevistado], a turma não foi lá debater com o PC do B qual seria o meu cargo, aí eu fui sozinho, [...] fui lá debater com eles. Aí eu lembro até hoje os caras do PC do B me sacaneando: [...] “não, a gente ficou sabendo que você ia ser Diretor da UNE, aí criamos aqui, ó, uma diretoria de políticas anti-raciais”, na sede da UNE essa conversa, e lá eu quase chorei [...]. Eu não falei nada, eu fiquei [...] muito chateado, porque eu também não tinha a dimensão, de fato, do tamanho e da importância da luta, nem eles tinham também, foi mais uma “chacota”, entendeu? Aí eu fui conversar com várias pessoas, amigos [...], parceiros, parceiras, e sempre diziam: “que nada, você vai ser diretor da UNE [...]. Esqueça isso. Diretor da UNE é diretor da UNE”, e eu não tinha dimensão, né? Não tinha dimensão mesmo do que ia acontecer.

Conversei com a turma do movimento negro, e o pessoal me disse: “[...] a nossa luta é de combate ao racismo, não é anti-raça”. Aí eu voltei no PC do B, voltei para São Paulo, e sem ter Congresso, nada, reunião, [...], só na conversa, eu falei: “mude o nome aí, ó”. Eu mesmo que botei [...], peguei assim e falei: “Diretoria de Combate ao Racismo [ênfase do entrevistado], não é de políticas [...] anti-raciais”. Aí ficou combate ao racismo [...], aí eles assimilaram também, e aí virou a Diretoria... de Combate ao Racismo²⁶.

²⁴ Tendência interna do PT.

²⁵ Na UNE, o partido se apresenta como a União da Juventude Socialista (UJS), que, à época, e ainda hoje, é a força majoritária da entidade.

²⁶ Entrevista realizada durante a construção da monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia (UFBA) deste autor. Optou-se por garantir o anonimato dos entrevistados.

Dessa maneira, percebem-se os conflitos presentes tanto no interior da AE quanto na própria conformação do *campo multiorganizacional*²⁷ que interage com a UNE, revelando como a questão racial foi mobilizada. Na medida em que o movimento estudantil é um espaço composto de forma majoritária pelas classes médias (BRINGEL, 2009) e por pessoas brancas, a emergência dos negros na disputa da direção desses espaços não foi um processo isento de conflitos, pelo contrário. A primeira etapa do “funil” encontra-se nas instâncias internas das organizações para definir se uma pessoa disputará o cargo na UNE ou não. Ademais, segundo Meneguello, Mano e Gorski (2012), os partidos de esquerda e centro esquerda recrutam parcela dos seus dirigentes no movimento estudantil, sendo esse um elemento relevante a ser considerado na análise. Talvez isso ajude a explicar por qual motivo há tanta disputa para assumir as posições de direção das entidades estudantis nacionais.

Nesse mesmo sentido, uma entrevistada afirmou que passou por momentos difíceis durante a sua gestão na UNE, principalmente em relação à pouca presença negra na direção da entidade. Segundo ela:

Do ponto de vista da diretoria, pra mim foi um tanto quanto difícil me perceber como uma única negra na Executiva, na gestão que eu estive presente, foi de 2013 a 2015, então me perceber naquele espaço como a única mulher negra [...] foi mais um impacto, pois quando você pensa o campo da organização social e o campo da esquerda você diz: “ah, não, aqui eu tenho espaço. As pessoas vão me ouvir. Aqui vamos ter mais de nós. Aqui nós vamos poder debater, né? De igual pra igual, onde as pessoas vão ter o lugar da fala, o lugar da escuta, o lugar da proposta, o lugar da argumentação e contra-argumentação”. Então perceber que a dinâmica das organizações à esquerda ainda no movimento estudantil, que a formação dos seus quadros, dos quadros que estarão na política, que vão organizar a política no nosso país, pelos próximos 10, 20, 30 anos e aí ver que essas organizações priorizam pessoas brancas, foi outro choque²⁸.

²⁷ Este conceito refere-se ao conjunto das relações em que os movimentos interagem, como partidos, conjunturas internacionais, contra movimentos, públicos variados, diferentes atores estatais, ameaças, oportunidades, etc. (GOLDSTONE, 2004).

²⁸ Entrevista realizada durante a construção da monografia deste autor (RICHER, 2017)

Percebe-se que um dos conflitos presentes na UNE em relação a questão da “raça”, principalmente entre as pessoas negras, também reside na ocupação dos espaços diretivos da entidade, como os seus cargos. Ou seja, que além de a entidade ser um *player*, também é uma *arena* de disputas entre distintos grupos e organizações. As tensões provocadas por militantes negros em busca de uma maior representatividade atesta essa perspectiva. Quando perguntada sobre as principais ações empregadas pela UNE para combater o racismo, ela afirma:

[...] a UNE absorveu um legado que é do movimento negro, que é desde a construção do movimento negro a nível nacional no Brasil. Essa dinâmica de se reunir, organizar seminários, encontros, de ter uma militância que pensasse entre eles. Então a UNE absorveu isso a partir dos seus quadros e trouxe isso para um espaço extremamente importante que é o movimento estudantil, então parte da tarefa que o movimento negro não conseguiu fazer, né? [...]. Isso a UNE conseguiu produzir muito bem e é um legado dos movimentos.

Assim, observa-se a modularidade do repertório ou, em outros termos, o seu caráter “vazado” (TARROW, 2009), na medida em que a UNE absorve parte do *repertório* empregado pelo movimento negro no Brasil, que prevê entre suas formas de ação a auto-organização dos negros, debatendo entre si as táticas e performances a serem adotadas em prol dos seus objetivos. Dessa maneira, a entidade passa a organizar, por exemplo, os ENUNEs, sendo estes incorporados no seu *repertório organizacional* (CLEMENS, 2010).

Em relação ao discurso oficial da entidade, se observa que ela realiza uma leitura positiva sobre as políticas educacionais e afirmativas implementadas durante os governos petistas, revelando que elas podem ser interpretadas como *oportunidades políticas* para o engajamento dos negros no movimento estudantil, conforme a citação que se segue:

Fruto da democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas através das políticas educacionais implementadas recentemente, o perfil estudantil das IES gradativamente se populariza e, conseqüentemente, a direção

e a política do movimento estudantil brasileiro incorporam a política feminista, antirracista, anti-LGBTfóbica e popular. Nesta gestão, comemoramos ter realizado o maior Encontro de Negros, Negras e Cotistas; de Mulheres Estudantes e LGBT da história; comprovando nitidamente que a UNE é uma das principais entidades comprometidas com a democracia e a representatividade na política brasileira, aprofundando a cada gestão as políticas de reparação (RESOLUÇÃO 55º CONUNE).

Ou seja, observa-se uma incorporação da pauta racial nos *enquadramentos discursivos* da UNE, motivando para a ação a sua base social por meio destas resoluções. As entrevistas, por seu lado, caminham em direção a um “apoio crítico”, reconhecendo os avanços dos governos petistas, como as políticas afirmativas, mas apontam os seus limites, como o fato de não ter encarado efetivamente o combate ao extermínio da juventude negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados e discussões bibliográficas feitas, se observa que as relações raciais nos movimentos sociais constituem um tema importante para a Ciência Política brasileira. O esforço deste artigo foi articular as teorias dos movimentos sociais com as pesquisas relativas às questões raciais no Brasil, apresentando dados empíricos parciais. Assim, esse trabalho fez o esforço de revelar a contribuição dos estudantes e movimentos negros na UNE, sujeitos constantemente ocultados da narrativa oficial das entidades estudantis e das agendas acadêmicas, sendo essa uma contribuição inicial, que deve ser aprofundada em trabalhos posteriores. Por fim, sustento que analisar os efeitos políticos das ações afirmativas nos movimentos sociais, como o estudantil, constitui uma promissora agenda de pesquisa sobre um fenômeno que ainda é pouco estudado.

REFERÊNCIAS

ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.

BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis no Brasil. **EcoS – Rev. Cient.**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 97-121, jan./jun. 2009.

CLEMENS, Elisabeth. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação na política dos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 161-218, 2010.

ESTATUTO DA UNE. Disponível em: http://www.une.org.br/material_2/documentos/. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luiz Augusto. Ação afirmativa, raça e racismo: uma análise das ações de inclusão racial nos mandatos de Lula e Dilma. **Revista de Ciências Humanas** (Viçosa), v. 2, p. 399-414, 2012.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. SP: Ed. Azul. 2008.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**: jun, 2011.

GOLDSTONE, Jack A. More social movements or fewer? Beyond political opportunity structures to relational fields. **Theory and Society**, 33, p. 333-365, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb, Niterói**, n. 4, p. 33-60, 2002.

JASPER, Jim, MORAN, Kevin, TRAMONTANO, Marisa. Strategy. In **The Oxford Handbook of Social Movements**. Edited by Donatella Della Porta and Mario Diani, 2015.

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. **Cadernos adenauer xvi**, nº1, p. 27-43, 2015.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, p. 77-95, 2010.

MCADAM, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency 1930-1970**. Chicago/London: Chicago Press, 1982, p. 36-59.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009, pp.11-48.

MCCARTHY, John D. and ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, Vol. 82, No. 6, May, 1977, p. 1212-1241.

MELUCCI, Alberto. The process of collective identity. In:__. **Challenging codes. Collective action in the information age**. Cambridge Press, 1996, p. 68-88.

MENEGUELLO, Rachel et al. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. 2012.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 66, Outubro, 2003: 117-149.

MILLÁN, Mariano Ignacio. Movimiento estudantil y procesos políticos em Argentina y Brasil (1964-1973). **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 2, p. 73-112, jul./dez. 2012.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação. **Revista Brasileira de Educação/ANPED**. Pós Graduação e Pesquisa em Educação, n. 5, 1997.

MISCHE, Ann. **Partisan publics: Communication and contention across Brazilian youth activist networks**. Princeton University Press, 2008.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, v. 117, p. 197-218, 2002.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte, MG: Mazza Edições, 2007.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia ao governo Lula**. 5. Ed. il. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLETTA, Francesca, JASPER, James. Collective identity and social movements. *Annu. Rev. Sociol.* 2001. 27:283–305.

PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria, 1918-1938**. 1978.

RESOLUÇÃO DE MOVIMENTO ESTUDANTIL APROVADA NO 55º CONGRESSO DA UNE. Disponível em: <<http://www.une.org.br/noticias/resolucao-de-movimentoestudantilaprovada-no-55o-congresso-da-une/>>. Acesso em: 16 de agosto de 2017.

RICHER, Rodger. **A negritude e a UNE: a presença negra e sua influência no movimento estudantil brasileiro (2007-2017)**. Salvador, BA: UFBA, 2017. (monografia).

RIOS, F. Political Process and the development black insurgency (1930 1970). **Sankofa (São Paulo)**, v. 2, n. 4, p. 112-117, 6 dez. 2009.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, n. 85, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 1, p. 2-9, 2010.

SINHORETTO, Jacqueline. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria Nacional da Juventude, 2015.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles, TARROW, Sidney. **Contentious politics**. London: Paradigm Publishers, 2007, p.01-44.

TÜNNERMANN BERNHEIM, Carlos. La reforma universitária de Córdoba. In: **Educación Superior y Sociedad**. Caracas: Unesco, vol. 9, no.1, 1998.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mortes matadas por armas de fogo: mapa da violência, 2015**. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2015.